



## **DIMENSÕES E IMPLICAÇÕES DO CONSUMO DE PRODUTOS CULTURAIS ATRAVÉS DA GENEROSIDADE INTELECTUAL**

Ricardo Alan Kardec Loiola<sup>1</sup>

### **RESUMO**

Podemos analisar e perceber que nos últimos 5 anos, o Brasil vem inserindo em suas políticas públicas, novos parâmetros e arquiteturas de utilização, de acesso e desenvolvimento de serviços relacionados aos novos meios de circulação dos “produtos culturais”. Possivelmente, essa estrutura consiste em viabilizar, de certa forma, um acesso à cultura de maneira mais igualitária e consciente do ponto de vista social e econômico. Este artigo constrói uma crítica aos modelos de acesso que as grandes capitais estão absorvendo decorrente dos aspectos tecnológicos e independentes da indústria cultural, crítica essa, que deverá abrir uma discussão em torno das dimensões e implicações do que estamos consumindo em termos de cultura para uma formação qualitativa na educação da sociedade.

**Palavras-chave:** cultura, sociedade, tecnologia, coletividade e economia.

### **INTRODUÇÃO**

Se pensarmos em um acesso à cultura por meio de iniciativas independentes, poderíamos até, imaginar que logo teríamos terminais de acesso colaborativo espalhados inicialmente pelas grandes capitais e conseqüentemente nos demais municípios. Quando falo em terminais de acesso, não quero me referir ao acesso unicamente oriundo de uma grande rede de informação, mas, de uma estrutura de informação capaz de disponibilizar de forma rápida e interativa, uma vasta gama de informações resultantes em pesquisa e desenvolvimento sócio-cultural. Poderiam ser terminais sem computadores, apenas com uma estrutura de livros, discos, CDs entre outros derivados palpáveis resultantes das produções culturais.

Em um artigo chamado Indústria cultural: o empobrecimento narcísico da subjetividade, de Verlaine Freitas, publicado na SCIELO, indústria cultural é um termo

---

<sup>1</sup> Graduando em sociologia e política pela Universidade de Fortaleza – UNIFOR, membro do conselho diretor da ONG Movimento Fator Resistência e assessor da célula de inteligência de gestão da Secretaria Municipal de Saúde de Fortaleza. [alankardec@fatorresistencia.org](mailto:alankardec@fatorresistencia.org).

essencialmente crítico, que ganhou visibilidade a partir da obra conjunta de Adorno e Horkheimer, a *Dialética do esclarecimento*, tradicionalmente considerada a baliza histórico-filosófica da Escola de Frankfurt. Enfatiza ainda, que a crítica aos produtos da razão, estabelecendo os limites para o conhecimento legítimo, é índice da explicação filosófica do aprofundamento subjetivo, calcado na tomada de consciência do que constitui o sujeito em sua relação com a objetividade.

Partindo do princípio que as culturas de massa são um tipo de produção cultural que tem sua força devida ao fato de que seus consumidores, de alguma forma, precisam de algo que ela está disposta a oferecer, entenderíamos que o mercado, nessa concepção, predispõe economicamente mecanismos capazes de aumentar o volume de produtos e conseqüentemente a criação de ícones de produção em cadeia para alimentar a população menos provida do acesso a informação, ou mesmo nem do acesso, mas da condição de percepção e tradução dos moldes de alienação a baixo custo, diria até, a amplitude das massas de manobra à alienação instantânea longe mesmo da própria televisão.

Para amadurecer ainda mais a idéia introdutória, trago uma observação sobre as tais cidades modernas. Para Harvey as cidades ao contrário dos povoados e pequenos municípios, são plásticas por natureza. Moldamo-las à nossa imagem: elas por sua vez, nos moldam por meio da resistência que oferecem quando tentamos impor-lhes nossa própria forma pessoal. Essa poderia ser uma dimensão do quão insustentável está a atual estrutura do estado de cultura do Brasil, mas especificamente de nossas capitais que são as grandes geradoras de produtos da alienação e do consumo de massa. Lógico que não poderíamos tirar crédito de algumas iniciativas do Governo quanto aos investimentos nas áreas de educação e cultura, mas, seríamos ingênuos de negar que toda essa movimentação amigável parte unicamente dos interesses das indústrias (destaco a SONY, a Globo, a Warner, a Microsoft...).

Através deste artigo, iremos tentar muito que cautelosamente, medir esses interesses entre autores, consumidores, Governo e indústria quanto as suas ações dentro de uma esfera consumista. Uma das iniciativas é tentar entender se o que estamos pactuando entre a cultura livre e o mercado são peças do mesmo jogo ou peças separadas por indivíduos e não por sociedade. Entender criticamente se o aumento do acesso a cultura parte de uma carência quantitativa ou qualitativa dos meios.

Iniciaremos com uma observação política sobre a atual conjuntura em que se encontra o Ministério da Cultura sobre essas transformações e suas iniciativas, depois

partiremos para uma abordagem social sobre o mercado independente da cultura e seus novos meios de circulação, em seguida, para uma crítica ao mercado e os seus ideais de cultura e cidadania e finalmente tentaremos vislumbrar as dimensões e implicações desse movimento inovador.

## **OBSERVAÇÕES SOBRE AS POLÍTICAS DO ESTADO DE CULTURA**

Talvez, o conceito de “políticas públicas da cultura” possa nos remeter a uma idéia de cultura a serviço do Governo. Observando as mudanças políticas na estrutura parlamentar do Brasil, fazendo um contraponto entre as gestões antecessoras e a atual gestão, o País poderia estar entrando em um colapso econômico, social e moral como prospectavam os especuladores internacionais na época eufórica do chamado Risco Brasil. E será que nós brasileiros não estamos de fato passando exatamente por esse colapso? Os arranjos políticos propõem certas estruturas e “novos” conceitos de gestão, entre eles uma política de retomada do papel do Estado depois de anos de omissões neoliberais, como abordam os Ministros e Assessores da atual gestão em seus discursos e publicações. Como analisar tão complexa questão dentro de um ambiente hostil e sagaz que é o mercado brasileiro de cultura?

Segundo GRAMSCI, pode-se observar, que em geral, na civilização moderna, todas as atividades práticas se tornaram tão complexas, e as ciências se mesclaram de tal modo à vida, que toda atividade prática tende a criar uma escola para os próprios dirigentes e especialistas e, conseqüentemente, tende a criar um grupo de intelectuais especialistas de nível mais elevado, que ensinam nestas escolas. Assim, ao lado do tipo de escola que poderíamos chamar de “humanista” (que é o tradicional mais antigo), destinado a desenvolver em cada indivíduo humano a cultura geral ainda indiferenciada, o poder fundamental de pensar e de saber se orientar na vida, foi-se criando paulatinamente todo um sistema de escolas particulares de diferente nível, para inteiros ramos profissionais ou para profissões já especializadas e indicadas mediante uma precisa individualização.

De fato estas observações de Gramsci podem ser utilizadas na atualidade fazendo ponderações sobre o corpo sócio e político em que se encontram nossas infra-estruturas de cultura. O governo mobilizado em criar políticas de acesso e mudanças constitucionais na perspectiva de aumentar os recursos da cultura (música, artes cênicas, audiovisual...), os Estados priorizando mudanças em suas políticas estratégicas de viabilização da cultura na economia operando o fortalecimento às iniciativas de fomento

para as produções independentes com seus discursos individualistas.

Usarei uma observação de Marcuse para enfatizar de forma reflexiva que os produtos doutrina e manipulam, promovendo uma falsa consciência que é imune à sua falsidade. E ao ficarem esses produtos benéficos à disposição de maior número de indivíduos e de classes sociais, a doutrinação que eles portam deixa de ser publicidade; torna-se um estilo de vida - muito melhor do que antes - e, como um bom estilo de vida, milita contra a transformação qualitativa. Surge assim um padrão de pensamento e comportamento unidimensionais no qual as idéias, as aspirações e os objetivos que por seu conteúdo transcendem o universo estabelecido da palavra e da ação são repelidos ou reduzidos a termos desse universo. São redefinidos pela racionalidade do sistema dado e de sua extensão quantitativa.

## **A FUSÃO DA CULTURA POPULAR BRASILEIRA COM AS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO**

Acredito que atualmente podemos pensar em uma nova contemplação da arte popular brasileira imaginando, de repente, uma “fusão” com as tecnologias da informação. Poderemos analisar também, conceitos inovadores dentro de uma perspectiva social identificando a Internet como uma instituição autônoma de políticas, da pluralidade, da democrática e de uma auto-suficiência. Essa “auto-suficiência” também pode nos levar a um questionamento sobre o acesso das populações mais pobres à informação digital, não descartando o fato de que essas populações também se apropriam das tecnologias (celular, iPods, câmeras digitais...) para gerar fenômenos sociais e criações culturais autônomas. Essa inclusão dá margem para quebra de muitos paradigmas inclusive no aspecto da democracia e da desigualdade social, basta percebermos que em tão pouco tempo, a Internet apresentou como principal usuário não só a elite brasileira, mas também, a classe operária que se imaginava fora dessa evolução quando nesse momento ela é ativa, constante e coletiva dentro das redes de colaboração.

Voltando a possibilidade de uma “fusão” entre arte e tecnologia, pensando inclusive em discursos de generosidade intelectual baseados na idéia de estarmos presenciando novos modelos de circulação cultural e outras formas de disseminação intelectual, do ponto de vista político e filosófico, poderíamos fazer um paralelo entre dois pensadores; Smith, quando em seu livro A Riqueza das Nações diz que o indivíduo

age egoisticamente buscando seu interesse próprio, você esta buscando o interesse comum, da própria sociedade, ou seja, o bem comum sendo atingido pela somatória das pessoas agindo egoisticamente; e Benkler, que apresenta um cenário de generosidade no aspecto coletivo e não-egoísta dizendo que quando o individuo é generoso e age de acordo com o interesse público, aquilo eventualmente vai reverberar e atender o seu interesse individual.

Esses pensamentos valem para questionarmos até que ponto estamos caminhando para uma social-inclusão, quero dizer, caminhando para uma nova contemplação na arte popular brasileira através da colaboração ou até mesmo para um modelo de compartilhamento social. Segundo Geertz, na vida intelectual destes últimos anos, houve uma grande mixagem de gêneros, e que esta indistinção continua a passo acelerado. Ele também reforça que o fenômeno generalizou-se tanto, e tornou-se tão evidente, que sugere que o que estamos observando não é apenas uma versão mais recente do mapa cultural (a modificação de umas poucas fronteiras mais disputadas, a demarcação de mais alguns pitorescos lagos e montanhas) e, sim, uma mudança no próprio sistema de mapear. Essa esfera de pensamento me fez pensar que algo está sucedendo a maneira de como achamos que pensamos em rede, ou especificamente, dentro da Internet.

Dentro desse cenário, ainda temos as questões legais e de fronteira, ou seja, como os indivíduos dessa possível “fusão” podem imaginar a propriedade intelectual em uma outra perspectiva levando em consideração que de fato, existem diversos novos modelos de negócio dentro desse ambiente virtual. Vou dividir esse pensamento em duas realidades: a capital e a social. A estrutura capital continua com seus métodos mercadológicos de “coisificar” a mão de obra no aspecto da continua exploração e alienação do individuo. Já na estrutura social, há um movimento inovador que considero como novos ideais de comunidade, que entra constantemente no confronto entre o que é comercializado e o que é compartilhado. Alguns projetos clássicos que podemos exemplificar na idéia de uma estrutura social inovadora é a Wikipedia, o Projeto Gutenberg, o movimento Linux e a iniciativa mais recente, o LibriVox.

Não podemos descartar que o Brasil tem iniciativas importantíssimas nas áreas do direito civil, e mais ainda hoje em dia, as discussões em torno do direito autoral e da propriedade intelectual no aspecto legal do uso dessas leis dentro da Internet. Não costumo fazer referência ao “mundo”, então, especificamente no Estado do Ceará, existe de certa forma, um atraso considerável sobre o que discutimos em torno dessas

novas dimensões sociais e políticas, principalmente para debater uma “fusão” entre nossa arte popular e a tecnologia disponível. Ora, veja como exemplo, as discussões comuns que encontramos no meio artístico de nossas comunidades: não só em Fortaleza, mas no Brasil, ainda nos preocupamos mais em fazer arte pra vender do que criar arte para compartilhar. Essa dimensão compartilhamento versus venda é bastante complexa nos dias de hoje porque atualmente existem formas de comercialização das criações independentes pela Internet, e vou além, existem modelos de negócio para essas criações sem a presença dos intermediários (indústria, editora, produtoras, mídia...).

Pensar unicamente em fazer para vender, nos leva inconscientemente a discussão da plenitude da escassez que a indústria cultural tradicional do século XX trafega na atual conjuntura das novas tecnologias. Essa escassez não consegue se quer defender seus produtos quando questionados sobre o valor empregado em uma obra para ser comercializada no mercado convencional. De onde vem o valor da obra? Quanto custa uma música ou uma peça de teatro, até mesmo um livro? Porque um CD nacional chega a custar R\$ 50,00; porque o autor é superior a outros autores pelo fato dele estar contratado por uma produtora internacional; ou porque a obra tem um valor agregado da indústria fonográfica que mantém a presença do “artista” nas redes de televisão nacional e internacional? A própria lei de direito autoral do Brasil, de alguma forma, resguarda a “tradição” do *você não pode, você não deve, você está proibido – desde que tenha autorização prévia da indústria.*

Devem existir certos atrasos nas adequações necessárias da lei para o indivíduo trafegar suas obras entre o convencional e o virtual, sem dúvida. Enquanto não há acordo entre as partes, a idéia da “fusão” fica ainda mais evidente porque existem grupos potencialmente abertos e avançados nessas discussões, indivíduos multidisciplinares e dedicados, sobretudo, no aspecto das inovações e da generosidade em rede. Eles são ergonômicos às mudanças e defensores da coletividade na elaboração de alternativas para novos meios de circulação cultural, principalmente no aspecto da liberdade de circulação do intelecto. Apresento duas realidades: a primeira sobre as políticas do software livre no Brasil, que é um caso exemplar e a segunda sobre as licenças Creative Commons que surgiram meio a essa discussão de direito e criatividade para possibilitar autores a divulgarem suas obras (músicas, textos, livros, pinturas...) na Internet de forma legal, protegendo sua privacidade através de um pacto social coletivo.

Agora, como forma de ampliar ainda mais essa perspectiva, é importante

comedir ao pensar que nessa discussão só existe o lado “B” do processo. Temos, ainda, uma forte elite de indivíduos que para manter o império das grandes indústrias culturais brasileiras (editoras, gravadoras, galerias...) defendem jargões populares que coloca a “pirataria” como causadora dos maiores problemas econômicos do país. Criaram até “lendas urbanas” dizendo em seus discursos que CDs piratas, por exemplo, acabam com aparelhos e que o uso de DVD “ripado” causa desgaste excessivo a lente óptica do vídeo. Nossa! Claro que devemos respeitar essas opiniões, até porque, elas fazem o contraponto das grandes discussões sobre o assunto que envolve direito autoral e propriedade intelectual. A indústria tem uma força política muito grande nesse sentido, prova que não veremos, tão cedo, campanhas a favor do compartilhamento de conhecimento pela Internet, mas, estamos constantemente sendo atacados com publicidade negativa onde até quem compra uma camisa “pirata” por R\$ 5,00 está beneficiando o crime organizado no Brasil. Mas, se essas camisas estiverem saindo, por exemplo, de uma microempresa de confecção do bairro da Serrinha? Uma microempresa que paga seus impostos e garante empregos diretos e indiretos para sua comunidade. Mas, veja, esse movimento é natural de uma disputa gigantesca que corre pelos corredores das novas tecnologias, tanto que as mesmas grandes indústrias já estão desenvolvendo métodos para colocarem seus produtos a venda na Internet. Hoje é possível comprar músicas por R\$ 1,50 ou livros digitais por R\$ 15,00 no Brasil, é a realidade, assim como, podemos baixar esses mesmos itens de graça. A indústria continua com a mesma idéia de autodisciplina, controle de si mesmo e crítica à ociosidade, mantendo o aspecto imperialista de comercializar individualmente seus produtos na grande esfera do mercado, de qualquer mercado que existir.

Para fechar essa abordagem, volto a Geertz para ressaltar sua posição a respeito das mudanças, ele diz que não é que tenhamos abandonado as convenções de interpretação, ao contrário, mais que nunca as estamos construindo (e algumas vezes construindo as pressas) para adaptar-nos a uma situação ao mesmo tempo fluida, plural, descentralizada e desorganizada. Faço apenas uma colocação sobre essa desorganização para não perdermos a lógica da explanação que apresento nesse parágrafo. A estrutura da Internet possibilitou uma desorganização que potencializou a criatividade, ela deu margem a liberdade de expressão em todas as suas formas, é aceitável como força da sua característica anarquista, rebelde e transcendental, que essa desorganização faz-se necessária para a continua produção independente e sem fronteiras.

Agora, se a Internet entrar em algum tipo de “espírito estatal”, deveremos estar

atentos a mudanças bruscas na mudança de comportamento de sua desorganização. Para entendermos um pouco o que seria esse “espírito estatal” em volta da Internet, não farei uma observação contemporânea baseada em conceitos atuais de redes de colaboração ou intelecto social, mas, uma observação científica do ponto de vista sociológico. Nesse aspecto, irei ponderar duas observações de Gramsci para essa perspectiva: a primeira, o de que nenhuma sociedade assume encargos para cuja solução ainda não exista condições necessárias e suficientes, ou que pelo menos não estejam em vias de aparecer e se desenvolver; a segunda, o de que nenhuma sociedade se dissolve e pode ser substituída antes de desenvolver e completar todas as formas de vida implícitas nas suas relações.

Será que essa “fusão” iria infiltrar um espírito estatal tanto na obra quanto no autor partindo do princípio de que estes utilizarão novas tecnologias e tipos de redes de colaboração social e coletiva para os elementos voluntários quererem de alguma forma um reconhecimento ou uma participação? Sabendo que reconhecer e participar são dois paralelos diferentes de serem analisados, a Internet e arte popular podem de certa forma alimentar ambos os desejos, desde que juntos trafegando de forma colaborativa e livre do começo ao fim. A “fusão”, no meu ponto de vista é inevitável, porém, estará constantemente entre a sua liberdade de produção e os métodos do mercado capitalista dentro da Internet.

## **ABORDAGEM DE UMA LIVRE CIRCULAÇÃO: ALIENAÇÃO OU MANOBRA**

Toda reflexão feita no decorrer do artigo aponta para uma tendência ou mesmo para um fato curioso entre indivíduos, mercado e Governo. Se o acesso a cultura, de alguma forma, estabeleceu uma meta de expansão da idéia e do conceito de que uma livre circulação do conhecimento é viável a atual necessidade dos menos providos de informação e formação, da classe excluída dos “produtos culturais”, é interessante analisar que do ponto de vista sociológico estaremos criando um novo movimento para o que defino de “bolsa família digital”, uma convergência entre o assistencialismo instalado no Brasil e a aceleração do processo de alienação do indivíduo.

Segundo Gramsci, não é complemento exato que a instrução não seja igualmente educação: a inexistência exagerada nesta distinção foi um grave erro da pedagogia idealista, cujos efeitos já se vêem na escola reorganizada por esta pedagogia. Para que a instrução não fosse somente educação, seria preciso que o discente fosse uma mera passividade, um recipiente mecânico de noções abstratas, o que é absurdo, além de

se abstratamente negado pelos defensores da pura educatividade precisamente contra a mera instrução mecanicista. E assim seguimos em um Brasil reorganizador de seus aprendizado e ensino. Então, tendo como base de discussão essa colocação de Gramsci, poderemos montar um ideal do modelo de consumo da cultura na sociedade.

Perceba então que a falta (e isso é bastante considerável) de formação para o ensino-aprendizagem reflete direto e indiretamente sobre as dimensões da cultura. O mercado continua vendendo seus produtos culturais de massa por preços exagerados e fora da realidade a que condiz o custo de uma produção musical, por exemplo, ou mesmo o custo de uma produção audiovisual, isso quando o projeto não tem investimento através de leis da cultura, imaginemos estes projetos somente com o investimento dos empresários do entretenimento. O que muda é o fato do pobre não poder comprar um CD musical de proporções alienantes na formação de seus filhos em lojas de luxo ou mesmo em shoppings e revendedoras, e agora, ele pode encontrar o mesmo material a vezes mais atualizado nos calçadões das grandes metrópoles.

Não estou questionando o acesso puro e simples a um produto de seu interesse, estou questionando o fato de nossos calçadões não terem, por exemplo, cópias piratas de programas educativos, de peças teatrais, de musicas independentes regionalizadas. Por isso que esse artigo enfatiza as políticas da cultura, para percebermos que ao nosso redor, o que antes parecia estar um pouco distante da massa, hoje está consideravelmente mais próximo garantindo assim um aumento na quebra de formação intelectual de crianças e jovens com produtos da cultura capitalista.

A massa já é de manobra, agora, com a cultura banalizada em calçadas ela se torna mais alienada, desfragmentada socialmente dos problemas reais de nosso País. Defendo a livre circulação do conhecimento dentro de uma perspectiva de inovação e evolução do conhecimento coletivo, mas não posso deixar de questionar essa estrutura aberta para a propagação da inutilidade cultural na sociedade.

Continuo, como muitos sociólogos, falando de cultura com duas referências que acho fundamentais - as tradições e as artes -, agora, incremento um adicional denominado mercado de cultura para poder compreender os rumos de nossa intelectualidade e capacidade de produção útil e consumível, reforçando nas perspectivas, como diria Weber, os tipos diferenciados de dominação.

## CONCLUSÃO

Para Ortiz, o industrialismo e a formação das nações comprometem definitivamente os antigos modos de vida, regionais, locais, cujas manifestações literária, poética e espiritual possuíam características particulares. Essa ponderação torna-se essencial para uma conclusão clara e objetiva. Estamos criando um novo formato de mercado para a indústria que não investe em arte por arte para o conhecimento, mas, em arte para consumo imediato, barato e sem conteúdo, forçando apenas uma transferência do que hoje é falência nos moldes convencionais de negociação da arte para os ambientes de rede que estão a cada dia consumindo mais de forma colaborativa. Ora, deve-se combater definitivamente essa nova usurpação do saber que a indústria quer montar junta com os grandes meios de comunicação.

Se a ópera, a música clássica, a literatura e a pintura não são consideradas formas dominantes e universais de distinção social como acredita Ortiz, fica claro que o que deve ser duplicado por todos, de forma mais rápida, não são culturas de formação intelectual, mas, as mesmas culturas da “lacraria”, do “tchan” e das mini-séries estrangeiras, menos onerosas e mais alienantes. Faz-se então a necessidade de uma releitura do conceito “generosidade intelectual” com a sociedade. Essa discussão deve sair das ONG’s que defendem a pirataria, o software livre, os conteúdos distribuídos, a coletividade e a colaboração em redes. Não se trata de uma afronta ao direito do acesso entre as sociedade, se trata de uma crítica aos modos de como a cultura está sendo distribuída nessa esfera de reformulação do acesso.

## **BIBLIOGRAFIA**

BENKLER, Yochai. A Riqueza das Redes” (The Wealth of Networks). Disponível na Internet. Yale University Press, 2006.

GEERTZ, Clifford. O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997

GRAMSCI, Antonio. Maquiavel, a política e o estado moderno. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 1988.

\_\_\_\_\_. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 1982.

HARVEY, David. Condição pós-moderna. São Paulo, SP: Edições Loyola, 1993.

MARCUSE, H. *A Ideologia da sociedade industrial*. Tradução: Giazone Rebuá. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.

ORTIZ, Renato. Mundialização e cultura. São Paulo, SP: Editora Brasiliense, 1994.

SMITH, Adam. A riqueza das nações. São Paulo, SP: Momento Atual, 2004.